

NO OLHO DO FURACÃO  
BRUTALIDADE POLICIAL, PRECONCEITO RACIAL  
E CONTROLE DA VIOLÊNCIA EM SALVADOR\*

*Eduardo Paes Machado\*\**

*Ceci Vilar Noronha\*\*\**

*Fátima Cardoso\*\*\*\**

*Black body swinging in the southern breeze,  
(...) Here is a fruit for the crows to pluck  
For the rain to gather, for the wind to suck  
For the sun to rot, for a tree to drop  
Here is a strange and bitter crop.*

Lewis Allan

A violência policial contra indivíduos e grupos, também chamada de violência oficial, é uma constante nas sociedades modernas e contemporâneas. Contudo, a sua forma varia conforme o grau de tolerância, governamental ou popular, levando a que em certos lugares haja mais vigilância sobre a ação policial do que em outros. Assim, se em certas cidades o seviciamento de um indivíduo, pertencente a um grupo étnico ou social discriminado, é suficiente para provocar um debate público acalorado, em outras fatos desta ordem ou mais graves não despertam igual interesse na mídia ou na população como um todo.

Esta variação de comportamentos, da polícia e do público, remete para, pelo menos, quatro aspectos fundamentais, que são: a orientação governamental no uso da violência; a consciência de cidadania; o nível de aceitação social da violência para resolver conflitos; e o padrão de relacionamento entre governo e população visando regular a cidadania e possibilitar o controle social sobre os órgãos governamentais.<sup>1</sup>

Pensada nestes termos, a violência oficial está ligada à violência estrutu-

---

\* Agradecemos o apoio recebido do CNPq e os bolsistas de iniciação científica que participaram da coleta de dados: Mônica Moreira (UCSAL) e Gessé de Souza e Silva (UFBA). Esses agradecimentos são extensivos a João José Reis, professor do Mestrado em História, da UFBA, que fez valiosos comentários e sugestões a uma versão anterior deste texto.

\*\* Professor do Depto. de Sociologia e pesquisador do Instituto de Saúde Coletiva e Núcleo de Meio Ambiente da UFBA.

\*\*\* Socióloga e pesquisadora do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.

\*\*\*\* Socióloga da Associação da Cooperação Italiana – AVSI.

<sup>1</sup> Paul Cheviny, *Edge of the Knife: police violence in the Americas*, New York, The New Press, 1995.

ral — que se manifesta nas desigualdades sócio-raciais —, mas não pode ser reduzida a esta última. Ou seja, se o aparelho policial participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não-brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial.

A falta desses controles contribui para que a violência estrutural se transforme em agressão direta ou interpessoal, gerando formas de vitimização e insegurança que favorecem a intolerância e servem como álbis para abusos policiais. Nestes casos, a percepção de perda de controle sobre a criminalidade faz com que setores da sociedade desenvolvam comportamentos autoritários, apoiando excessos da polícia contra responsáveis por delitos grandes ou pequenos.

Tais considerações podem ser aplicadas à Região Metropolitana de Salvador, Bahia, com aproximadamente 2.500.000 habitantes, onde o padrão de segurança pública vem se caracterizando pela combinação de despiciamento e abusos policiais, conforme dois estudos recentes que tocam no assunto.

O primeiro estudo, efetuado entre 1.000 pessoas de Salvador, revelou que, quando indagadas sobre os problemas de segurança, as pessoas destacaram a falta de policiamento (34%), crescimento da violência (14%), ocorrências de furtos e roubos (13%), presença de menores abandonados nas ruas (10%), agressões físicas ou verbais entre vizinhos (7%), mortes (4%) e violência policial (4%).<sup>2</sup>

O segundo estudo, realizado com 1.384 indivíduos, entre 18 e 70 anos, da RMS, em 1996, constatou uma grande descrença popular em relação às agências de controle social — prisões, judiciário, polícia. Somando os que avaliaram estas agências como ruins e muito ruins, a rejeição foi maior em relação às prisões (75%), vindo em seguida o Judiciário (43%) e, em terceiro lugar, as polícias (41%). Quanto ao sentimento de segurança, a maior parte dos entrevistados se sente “muito insegura” ou “insegura” quando caminha em ruas e praças (89%), quando dirige seu carro particular (69%) ou quando está no local de trabalho (52%).<sup>3</sup>

As atitudes adotadas por significativas parcelas da população não contribuem para melhorar a situação. Entre estas atitudes cabe destacar as disposições para fazer justiça com as próprias mãos (32%), adquirir armas de fogo

---

<sup>2</sup> Paulo Rogério Guimarães Silva, Paulo de Arruda Penteadó Silva, *Projeto integrado de pesquisa: meio ambiente urbano e qualidade de vida em Salvador*, NPGA-UFBA, 1996 (mimeo).

<sup>3</sup> Ceci Vilar Noronha, Eduardo Paes Machado et alii, *Projeto Activa: atitudes e normas culturais frente à violência em cidades selecionadas da região das Américas*, Salvador, OPAS/UFBA/UNEB, 1997 (no prelo).

(21%), aprovar invasões de domicílio sem mandato judicial (13%) e execuções sumárias de pessoas julgadas indesejáveis (15%).<sup>4</sup>

Concomitante com isso, o aparelho policial adotou uma orientação violenta e punitiva que, prescindindo de mediações legais, vem causando um número altíssimo de mortes de pessoas predominantemente negras e pobres, com idade variando entre 15 e 19 anos.<sup>5</sup> Tratam-se de mortes que, ocorrendo através de intervenções “legais” da polícia, ou de grupos de extermínio, atingiram 104 pessoas, em 1995, e 107 pessoas apenas no primeiro semestre de 1996.<sup>6</sup>

Ora, admitindo que a violência policial decorre, em parte, da convivência da população, colocam-se indagações importantes sobre o caráter, as modalidades e conseqüências desta aprovação: Que apoio é este? Como ele se expressa na vida quotidiana dos grupos sociais? Como se coaduna com as experiências de discriminação e vitimização de populações pobres e negro-mestiças, associadas com esta mesma violência policial?

Para enfocar essas questões apresentamos dados provenientes da observação direta ao longo de três anos, assim como de 31 (trinta e uma) entrevistas aprofundadas, feitas, entre 1995 e 1996, com moradores de Novos Alagados, na área do Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador. Destas, 18 foram feitas com mulheres e 13 com homens. A faixa etária do grupo feminino varia de 15 a 79 anos e do grupo masculino de 19 a 56 anos. Para compensar a falta de entrevistas com policiais foram mantidas conversas com três oficiais da polícia militar responsáveis pela área.

No presente texto apresentamos estes dados, procurando confrontar os pontos de vista dos atores envolvidos, de modo a evidenciar as características do modelo policial. Após descrever o bairro, discutimos os tipos de violência protagonizados por moradores, delinqüentes e policiais, mostrando as relações contraditórias da população com forças policiais que, sob a bandeira do combate ao crime, cometem toda sorte de abusos.

## A “Baixada Fluminense” de Salvador

Novos Alagados, com 12.000 pessoas vivendo em uma superfície de 33 hectares, que inclui aterros e construções sobre palafitas, está situada em uma área que se converteu em um símbolo de pobreza, violência e degradação ambiental

---

<sup>4</sup> Ceci Vilar Noronha, Eduardo Paes Machado, Tânia Cordeiro, “Violência: as novas cartas do velho jogo”, *A Tarde*, *Caderno Cultural*, 1997, pp. 9-10.

<sup>5</sup> Jairnilson Silva Paim et alii, “Mortes violentas em crianças e adolescentes de Salvador”, *Análise & Dados*, vol. 6, nº 1 (1996), pp. 59-67.

<sup>6</sup> “Fórum de Direitos Humanos quer acabar com crimes de extermínio”, *A Tarde*, 14/5/1996, p. 3..

de Salvador — o Subúrbio Ferroviário, com 41 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 280.000 habitantes. Ao longo das cinco últimas décadas, esta área despontou como um espaço residencial de populações pobres e não-brancas da cidade, adquirindo a fama de perigosa, denominada pelos meios de comunicação de “Baixada Fluminense” da Bahia, pela grande incidência de agressões, mortes violentas e crimes.

Antigo lugar de fazendas de cana-de-açúcar, passagem de trem e, posteriormente, casas de veraneio, o Subúrbio Ferroviário foi fortemente impactado pelas mudanças sócio-econômicas e demográficas de Salvador no período do pós-guerra, com o afluxo de grandes contingentes migratórios.

O impacto dos fluxos migratórios foi importante, tendo em vista o pouco crescimento do emprego e a ausência de uma política habitacional para atender à crescente demanda de pessoas se deslocando para a capital da Bahia. Na falta de alternativas de moradia, centenas de famílias iniciaram, em 1946, a ocupação ou “invasão” de áreas alagadas e manguezais, localizados em enseadas próximas do Subúrbio Ferroviário que, embora impróprias para a construção civil por exigirem a realização de aterros, apresentavam a vantagem de não serem distantes do mercado de trabalho e serem espaços públicos, sem fiscalização das autoridades responsáveis.

A formulação de um projeto de urbanização no início dos anos 70, possibilitou a realização de melhorias, mas não impediu que mais pessoas, confrontadas com os mesmos problemas e estimuladas pela expectativa de novas ações governamentais, ocupassem a Enseada do Cabrito, na borda marítima do Subúrbio Ferroviário. Reunindo gente oriunda, em grande parte, do interior do Estado e de outros bairros da cidade que ali se instalaram para evitar o pagamento de aluguel, ou montar pequenos negócios com imóveis. A ocupação de Novos Alagados se realizou graças às estratégias de cooperação, transmissão de informações sobre áreas disponíveis e participação de parentes e conhecidos nos trabalhos de aterro e construção de habitações. Estas mesmas estratégias de cooperação continuam vigorando para realizar consertos das pontes, negociar melhorias com o Estado, emprestar mantimentos e socorrer os vizinhos em dificuldade.<sup>7</sup>

Conquanto tenham conquistado um lugar para morar, a maior parte da população não conseguiu melhorar a sua posição no mercado de trabalho. Por exemplo, em um dos setores da localidade, o de Nova Esperança, para uma população de quase 1.600 habitantes, repartida entre 400 casas, apenas 22% deles estão empregados, havendo um alto percentual de desempregados (31%)

---

<sup>7</sup> Eduardo Paes Machado, Fátima Cardoso, “Salvador: ambiente urbano e mobilidade social na beira do mar”, *Caderno do CEAS*, 163 (1996), pp. 64-80.

e subempregados (22%), assim como de menores de idade que trabalham esporadicamente (7%) para ajudar suas famílias. Além do salário, as principais fontes de rendimento são biscates e o pequeno negócio realizado em estabelecimentos comerciais conjugados com as habitações, ou nas próprias vias de circulação do bairro. Dentre as ocupações mais citadas pelos que estão trabalhando, sobressaem as atividades ligadas à construção civil, para os homens, e o serviço doméstico para as mulheres. Estas, por sinal, estão à frente da metade das famílias, declarando-se proprietárias das habitações e responsáveis pela manutenção do respectivo grupo doméstico.

Os moradores não têm dificuldade de associar a pobreza, discriminação e falta de assistência pública com a violência estrutural<sup>8</sup> que incide sobre pessoas que vivem tantas privações. Segundo Joaquim, 56 anos, negro, pastor evangélico: “A violência para mim no mundo, não é só em Plataforma [Subúrbio], é a falta de educação que as pessoas não têm, não têm formatura, não têm nada. A pessoa nasce, vive ali naquela situação, sem emprego, sem moradia, sem dinheiro”.

Na compreensão certa de outro entrevistado, Pedro, 20 anos, pardo, estudante, esta situação de violência social decorre das dificuldades quase insuperáveis que os moradores encontram para se inserir no mercado de trabalho metropolitano, dada a falta de qualificação profissional e a discriminação: “Porque se o cara for dizer que mora em Novos Alagados... primeiro ele não tem qualificação. A maioria é de pedreiros, marceneiros, serventes... então já começa esse problema de marginalização pelas grandes empresas”.

Confirmando a sua fama, o bairro popular conhece a violência que se manifesta em ocorrência diárias e atemoriza os moradores, como está dito nas palavras de Cláudio, 22 anos, negro, professor primário: “A violência aqui sempre foi assim triste, sempre foi assim... tinha noite da gente nem conseguir dormir por causa dos tiros e de tanta morte que teve... a gente não tinha paz. Quer dizer, eu não me sinto em paz ainda”.

A violência que brota das desigualdades sociais e é sentida nas ocorrências diárias, remete para regras e condutas que favorecem agressões interpessoais e complicam a socialização das novas gerações.

## **Raízes da violência**

Conquanto as atribuições de responsabilidade pela violência interpessoal se concentrem nos “marginais” e policiais, a família e a vizinhança não constitu-

---

<sup>8</sup> Maria Cecília Minayo et alii, “Violência para todos”, *Caderno de Saúde Pública*, 7(1993), pp. 215-231.

em instâncias pacíficas ou isentas de agressões. Ao lado de valores como a solidariedade e amizade, que ajudam a resolver dificuldades práticas e contribuem para criar sentimentos de identidade, a violência projeta a sua sombra sobre a vida social.

A aceitação da agressão, como ameaça e uso da força, remete para a fragilidade das concepções e práticas de negociação de conflitos, a nível dos direitos costumeiro e formalizado. Expressando uma separação entre sociedade e poder político estatal, essa fragilidade dos mecanismos de regulação de conflitos é causa e consequência de uma sociabilidade fundada em soluções de tipo pessoal e informal, que promovem a integração social, mas dificultam a resolução pacífica e ordenada de disputas.<sup>9</sup> Essa fragilidade das instituições do direito, comum e escrito, assume conotações específicas no caso de segmentos populares com menos acesso à escola, relações contratuais de trabalho, agências estatais e outras instâncias que asseguram reconhecimento, favorecem a aprendizagem dos direitos (e deveres) e o exercício da reclamação.

Se no processo civilizatório os indivíduos e grupos são levados, por diferentes códigos de comportamento, a estabelecer controle sobre suas emoções agressivas,<sup>10</sup> nas situações de grande exclusão social este processo é paralisado. Em lugar de uma reversão das emoções agressivas, o que se tem é uma persistência de valores que cultuam a força como meio de agressão ou defesa, salientando a coragem e menosprezando o diálogo.

Em contraste com a cultura da agressão<sup>11</sup> das camadas sociais altas e médias, que se valem mais da intriga, desgaste pessoal e perseguição político-institucional para tratar das desavenças, as pessoas nas camadas populares são interpeladas a empregar a força física — “porrada”, “cacete” e “pau” — para revidar ou “descontar” os desaforos e ofensas recebidas. Se a ofensa atenta contra a honra pessoal e a “consideração” de cada um, rebaixando e humilhando a vítima diante de si mesma e dos demais, só a “porrada” pode modificar a situação, anulando o rebaixamento, invertendo a balança do conflito e resgatando a honra ou “lavando a alma” do ofendido.

Esta valorização da força, como meio de afirmação pessoal e reconhecimento social, está presente no encaminhamento de conflitos que envolvem aspectos como: papéis familiares, desemprego, forma de habitação, consumo de álcool, separações conjugais e socialização dos filhos.

Em meio a conflitos familiares que resultam em agressões, identifica-se

---

<sup>9</sup> Maria Sílvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, Kairós, 1983.

<sup>10</sup> Norbert Elias, *O processo civilizador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, vol. 2, 1994.

<sup>11</sup> Peter Gay, *O cultivo do ódio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

uma linha de tensão entre os papéis masculino e feminino no tocante aos engajamentos afetivo-matrimoniais e familiares. Aqui, como em outros setores da sociedade, o homem procura compensações sexuais sem maiores compromissos, enquanto a mulher, ainda que frequentemente faça este jogo, busca situações mais estáveis. Tais demandas contraditórias, que estão na base de uma grande flutuação nas relações sexuais e maritais, são intensificadas pelas condições de vida.

O desemprego contribui para a instabilidade das relações familiares, limitando as prerrogativas masculinas ligadas aos papéis de marido, provedor e socializador da prole. O desemprego golpeia a autoridade masculina, reduzindo o prestígio do homem em relação a mulher que, embora também seja afetada por ele, não sofre os mesmos impactos negativos. Além da mulher estar menos identificada com a responsabilidade econômica, ela aceita trabalhos menos valorizados e, qualquer que seja a situação econômica do grupo, está investida de uma importância ritual, prática e afetiva maior do que a figura do pai. Consequentemente, surgem conflitos entre a autoridade reivindicada e a autoridade exercida pelos componentes adultos da família, como veremos abaixo.

O tamanho reduzido das habitações favorece a sobreposição de papéis, sobretudo no caso de famílias extensas, onde casais jovens e mulheres separadas são obrigados a morar com os pais. Conquanto esta situação tenha suas vantagens — a economia do aluguel, partilha dos gêneros alimentícios e dos cuidados com as crianças pequenas —, ela costuma gerar conflitos, fazendo com que a agressão se desenvolva como um meio de possibilitar a separação de papéis e individualização<sup>12</sup> dos membros da família. Tal situação foi sintetizada por Pedro do seguinte modo: “O casal não tem onde morar, não é? Mora junto com os pais ... então fica essa chatice, você não gosta de trabalhar, você casou com minha filha, porque você não faz isto, aí começa aquela discussão, aí um começa a querer matar o outro ... por causa disso, não tem onde morar”.

Confrontados com essas dificuldades, muitos pais de família perdem a auto-estima, entregando-se a ociosidade ou ao “desespero” de não poder sustentar a família, e adotando posturas compensatórias, como o alcoolismo, que estimulam agressões.

A bebida, que promove a camaradagem entre os vizinhos, transforma-se em um refúgio para os pais de família desempregados, facilitando a perda de controle sobre emoções negativas em relação a um cotidiano insatisfatório, no qual os indivíduos não se reconhecem ou se vêem negados. Associada ao

---

<sup>12</sup> Roberto DaMatta, “Os discursos da violência no Brasil”, in Roberto DaMatta (*Conta de Mentiroso*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993), pp. 175-197.

valor moral da força física, a ingestão de bebidas é aprendida muito cedo e, ainda que o grupo identifique uma relação entre álcool e agressão, não constitui objeto de maiores sanções sociais, como acontece com a maconha, que provoca a estigmatização dos usuários. Esse papel negativo da bebida foi descrito por Isabel, 52 anos, negra, professora primária, nos seguintes termos: “O que acontece muito aqui é briga de casa, o pai com a mãe e os filhos também, porque eles chegam bêbados em casa e não tem nada, não tem alimento, [aí] eles só vão mesmo é ficarem desesperados. Aí começa a briga”.

Quando desentendimentos entre casais se convertem em separações, seguem disputas violentas em torno das responsabilidades pessoais e divisão dos escassos bens acumulados pelos cônjuges. Na falta de sanções morais e mediações institucionais, o par resolve as disputas através de agressões corporais acompanhadas por ofensas, espancamentos, ferimentos e destruição de barracos e utensílios domésticos. Como a maior parte dos conflitos, as brigas familiares provocam a intervenção de vizinhos para conciliar e até salvar as vidas de maridos e esposas, como aconteceu em uma situação narrada por Clara, 21 anos, negra, vendedora ambulante: “Tem um rapaz que mora aí que só vive brigando, aí tem vez que eu vou lá tirar [apaziguar], tem até uma que está de barriga ... aí briga, discute, dá chute na barriga, pronto começa a brigar ... dia mesmo um colega que tava aqui, foi lá tirar a briga”.

Nestas circunstâncias, a crise dos papéis familiares faz com que a socialização dos filhos oscile entre a permissividade e a repressão. A permissividade se expressa na atitude de não tomar conhecimento, assistir ou acompanhar o comportamento dos filhos. Como consequência do envolvimento dos pais na tarefa de sobreviver, da ausência do pai e sobrecarga das mães, os filhos ficam muito tempo sozinhos ou entregues aos cuidados de irmãos, um pouco mais velhos do que eles, ou pessoas idosas que não estão preparadas para assumir este encargo.

Entregues a si mesmas, as crianças fazem brincadeiras que motivam desentendimentos entre vizinhos em torno da autoridade para aplicar punições nos menores. Dada a precariedade do espaço físico, as crianças invadem o espaço do outro, danificam o espaço comum e, tal como os pais, não aceitam reclamações dos vizinhos. Por sua vez, estes acabam tomando as suas próprias medidas contra os filhos alheios, como ameaças, beliscões, puxões de orelha e outros castigos físicos que, ao chegarem ao conhecimento dos familiares, provocam brigas entre adultos que exigem a intervenção da polícia para acalmar os ânimos e restabelecer a paz entre moradores.

Essa falta de acompanhamento dos filhos se torna mais aguda no momento que estes entram na escola e não dispõem da ajuda dos seus pais para



enfrentar as dificuldades da aprendizagem. Por conta dos problemas de sobrevivência as famílias colocam seus filhos menores para fazer trabalhos esporádicos, o que compromete a permanência destes na escola e torna as crianças mais expostas à chamada cultura de rua. Como a maior parte destes trabalhos são efetuados nos espaços públicos ou de circulação, as crianças entram em contato com personagens do submundo urbano, vagabundos, delinquentes e agenciadores do crime, sofrem agressões de terceiros e iniciam a aprendizagem de condutas infratoras.

A falta de controle é maior naquelas situações em que a instabilidade familiar e o desemprego minam a autoridade parental sobre os filhos, que não aceitam ser recriminados e fazem uso da violência contra os pais, como foi dito por Pedro: “os jovens não respeitam muito o pai, respeitam mais a mãe. Eles dizem assim, meu pai é isto e não vou respeitar ele não. O pai quando vai bater nele, ele mete logo a madeira. A mãe tem muita autoridade sobre eles. Ele faz assim, se acontecer alguma coisa é minha mãe que vai tirar então pronto, eles respeitam mais ... sempre também tem aquela conversa, Ah! meu pai não fez nada por mim, minha mãe é que faz”.

Para conjurar estas situações, muitos pais empregam a violência dos espancamentos ou “surras” para mostrar que eles não abrem mão da sua autoridade. Este aspecto repressivo da socialização se torna mais crítico devido às notícias sobre jovens que, provenientes de famílias “direitas”, se envolveram com “marginais”. Tais notícias aumentam a desconfiança entre pais e filhos, gerando situações de tensão entre uns e outros, nas quais gestos banais e atitudes contornáveis dos filhos são tomados como provas de “descaramento” ou “falta de vergonha”, o que justifica novos castigos físicos e agressão verbal. Parece haver um consenso de que se o jovem não tiver uma educação que inclua vigilância e surras, ele irá se envolver com “gente ruim”, com o que “não presta”, com a criminalidade.

Em muitos casos esses modelos de socialização fundados na permissividade ou na repressão, combinados com as ansiedades coletivas a respeito dos jovens, criam um clima favorável para que estes não aceitem conselhos, façam uso da violência — contra familiares, vizinhos e outros jovens — e adotem condutas censuradas pelo grupo, como andar com “más companhias”, usar drogas e ingressar na “marginalidade”.

Essas dificuldades de lidar com conflitos quotidianos e de oferecer modelos positivos para as novas gerações se refletem também na impotência dos habitantes para conter ou prevenir os atos de jovens que se tornam infratores.

## Moradores e marginais

Apesar dos moradores de áreas periféricas urbanas como Novos Alagados estarem habituados ao recurso da agressão para resolver muitos conflitos, a atuação de marginais extrapola os limites da violência aceitável, gerando reações que remetem para três aspectos importantes: tipo de violência, atividades predatórias e meios de controle sobre estes infratores. Segundo Pedro: “A gente chama de marginal aquele cara que gosta de bagunçar, aí vai roubar relógio [e] estas coisas assim (...) marginal chega assim, vai logo metendo revólver em sua cabeça e você fica logo sem saída, vai ter que dar mesmo”.

Agindo individualmente ou em grupo, eles dispõem de um poder de retaliação, de vida e morte, que subverte as relações sociais, fundadas sobre critérios de idade, força física e ocupação, e tira o controle dos moradores sobre o espaço do bairro. Este poder está retratado na seguinte declaração de Sara, 22 anos, parda, estudante: “O ladrão vive do lado de fora e nós vivemos dentro de casa. Por que? Vivemos com medo. Saímos com medo. Em tempo de ser assaltados ou até mortos como às vezes acontece mesmo”.

A existência e a razão das “ovelhas desgarradas” do grupo, os que usam a força para impor a vontade ou anular a capacidade de reação do outro, está registrada no relato de Cláudio enfocando o ingresso dos jovens na marginalidade:

Necessidade de ter as coisas ... porque é terrível você ir prá escola e ver que seu colega tem um bocado de coisas que você não tem. Tem uma bermuda boa, um tênis bom que você não tem. Porque? Então essa é uma das causas ... que não justifica. A falta de emprego ... de oportunidade de vida que você não tem. Aqui não tem. Ou você fica aí nas ruas ou você sei lá ... não tem oportunidade de ter as coisas ... As camaradagens ... se seus camaradas são, dificilmente você não vai ser. Porque? Porque se você tem aquele grupo ... é como se o que é de um passasse a ser de todos (...) E as meninas se tornam mulher de vagabundo ... Então juntam o útil ao agradável, digamos assim, e hoje são marginais.

O sentimento de privação dos jovens, a falta de perspectivas profissionais e a influência de outros jovens iniciados na marginalidade são alguns dos ingredientes da mistura explosiva que desemboca em um comportamento individualista e niilista que tem pouco ou nenhum retorno para o indivíduo, grupo ou sociedade.<sup>13</sup> Tal influência é proporcional ao fascínio exercido por marginais que alcan-

---

<sup>13</sup> Eduardo Paes Machado, Gino Tapparelli, “Violência juvenil, infração e morte nas quadrilhas de Salvador”, *Cadernos do CEAS*, 165 (1996), pp. 63-81.

çaram uma certa notoriedade, sobre jovens e crianças que tomam aqueles como modelos positivos de conduta. Ainda de acordo com Cláudio:

Os modelos daqui eram assim ... Carlinhos Tipofe era o grande modelo da gente ... porque [era] um justiceiro... o cara tinha uma arma ... E as lendas que se contam deles ... são maravilhosas ... de contar assim que eles saíam dando dinheiro na rua ... pagava cerveja para todo mundo ... e isso fascinava todo mundo (...) E a gente cresceu muito assim com esses modelos (...) Ser marginal sempre foi a grande sensação. Você adquirir respeito ... adquirir ... sei lá, de se envolver nas coisas, de mudar as coisas. Fazer coisas que uma pessoa normal não faz. Você adquirir uma áurea de super-homem, não é? Você passar por tantos ... não levar uma bala ...sair ileso. Ah! quando um marginal se jogava na maré [para escapar da polícia] a gente sabia tudo no lugar. 'Vai conseguir. Vai conseguir'. E tinha um heroísmo nisso. Tinha um lado lúdico nisso ... e era muito por isso.

Com estes motivos de identificação, muitos jovens do bairro e áreas adjacentes demonstram disposição para ingressar em “bandos” ou quadrilhas de malfeitores. Criados a partir da iniciativa de um jovem determinado, os bandos se ampliam com o ingresso de membros atraídos por suas atividades. A camaradagem entre jovens — rapazes e moças —, o consumo de drogas, maconha e inalantes químicos, e o uso de gríria contribuem para criar um estilo de comportamento diferenciado, transgressivo e estigmatizado pelos vizinhos. A iniciação na delinqüência acontece através de extorsões, furtos e roubos no bairro ou fora deste. Estas ações servem para provar a coragem individual, fortalecer a identidade do grupo e obter algum dinheiro para necessidades imediatas, aumentando o prestígio dos indivíduos junto ao grupo de pares e meninas do lugar.

Os contatos entre lideranças (ou cabeças) e agenciadores que lucram com o crime — bandidos experientes, receptadores de mercadorias roubadas e policiais infratores — proporcionam armas de fogo e informações sobre locais favoráveis para realizar ações ousadas ou “pesadas”, os assaltos à mão armada. Com isto, o bando adquire uma visibilidade ou “fama” que tem efeitos contraditórios nas relações com os habitantes.

O aumento da visibilidade do bando e suas lideranças pode levar a pactos de não-agressão ou a atos de beligerância ou “barbarização” dos moradores do bairro. Se no primeiro caso eles conseguem a neutralidade e simpatia de pessoas, no caso do confronto, quando os marginais “sujam” o território, eles alienam o apoio e ficam mais expostos à queixas e denúncias dos moradores. Não sendo mutuamente excludentes, uma vez que os pactos costumam se revelar provisórios, essas condutas não são capazes de inspirar confiança e tranquilidade em ninguém.

Consequentemente, os marginais suscitam reações entre os moradores que são, por ordem de importância, o medo de ser roubado, a política de boa vizinhança e a tomada de precauções.

Facilmente compreensível, o medo de ser roubado associa a perda de valores logrados com a venda da força de trabalho, essenciais para o sustento da família, com a violência sofrida, a impotência para revidar e o ressentimento contra os agressores. Conforme o depoimento de Oscar, 52 anos, negro, electricista “você vai trabalhar para ter seu pão, seu trocado... chega para dar aos seus filhos... chega um aí e lhe toma. Então nessa hora a pessoa perde a cabeça [controle] e se puder dar fim naquele, então uma coisa dá na outra ... então se você puder matar não morra”.

A política de boa vizinhança visa neutralizar ou angariar a boa vontade dos chamados “donos da rua”. Procurando equilibrar proximidade e distância, a boa vizinhança inclui comportamentos que vão da troca de cumprimentos até a concordância com o pagamento de extorsões, em dinheiro e em espécie, como um meio de comprar proteção. O cultivo de relações pessoais com as lideranças é de fundamental importância para evitar agressões, obter reparos de ofensas e reaver valores roubados por outros marginais, e poder receber visitas de pessoas que não são do bairro. Em meio a essas estratégias, existem pessoas que se tornam cúmplices dos infratores, prestando serviços, obtendo favores e recebendo mercadorias roubadas. Não sendo suficiente para proporcionar segurança, a diplomacia precisa ser acompanhada de outras medidas.

As medidas de precaução estão direcionadas tanto para evitar a ação dos ladrões — não carregar objetos de valor, andar em grupo, evitar circular em locais e horários julgados mais perigosos e buscar proteger as casas —, como para se prevenir da polícia que, ao interpretar tal ou qual gesto de boa vontade como “acobertamento” de marginais, pode retaliar os suspeitos de colaboração com o crime.

Confrontados com essas dificuldades de relacionamento com a marginalidade, não é de estranhar que moradores elaborem três interpretações que traduzem o seu significado perturbador e maligno para a coletividade: a naturalização, a demonização e a culpabilização.

A naturalização da conduta desviante é parte de um senso comum que explica os comportamentos a partir de fatores inatos, predisposições herdadas ou fatalidades do destino, que independem do arbítrio individual e das pressões sociais. Muito influente nas teorias criminológicas de todas as épocas, a visão do marginal como anomalia da natureza denega as responsabilidades, apazigua as consciências e endossa medidas drásticas contra os desviantes.

Na visão demonológica o delinquenté é o mal radical, a encarnação do diabo que colocou o egoísmo acima de tudo, buscando bens materiais a qualquer custo e rompendo com as normas de convivência social.<sup>14</sup> De acordo com isso, a luta do bem e do mal, que se reatualiza em cada geração, reaparece na capacidade dos indivíduos para escolher um ou outro, seja assumindo a divindade, seja pactuando com o diabo, como é colocado por Sara, para quem: “a pessoa tem um filho. Será que aquele filho nasce ladrão? Não nasce. Quando a pessoa cresce... o egoísmo, o desejo vai fazer daquela pessoa um ladrão. A mesma coisa é o diabo. Deus não fez o diabo. Ele mesmo se tornou pelo egoísmo. Ele queria ter riquezas, então hoje tem muitas pessoas que fazem pacto como o diabo”.

Ambas visões são coerentes com a transformação do marginal em bode expiatório, vilão da história ou principal culpado pelos males coletivos. Exacerbando o caráter condenatório das outras interpretações, a figura do bode expiatório nomeia ameaças, unifica visões conflitantes e parece oferecer uma saída para a crise social. Mais do que as outras, essa interpretação contribui para aumentar o isolamento dos marginais e justificar ações drásticas contra eles. As palavras de Cristina, 51 anos, parda, lavadeira, mostram a relação entre essa visão e as atitudes sociais de pessoas como ela, que estão inclinadas a defender a pena de morte para os marginais: “Eu acho assim: devia ter pena de morte, para quando eles [os marginais] fizerem perversidade também morrerem. Porque estão matando gente demais”.

Concentrando toda a culpa nos marginais, a população depositou expectativas de segurança e desenvolveu uma grande dependência da polícia como instância repressiva da criminalidade. Como vamos mostrar em seguida, a adoção dessa perspectiva repressiva, em prejuízo da aplicação da lei e proteção da sociedade, por parte do aparelho policial se insere em um campo institucional que inclui outros órgãos estatais, pressupõe formas internas de organização e diferentes modos de interação com a sociedade.

## **Organização policial**

A organização policial é idêntica a do país, onde a polícia está organizada sobre bases estaduais e se subdivide em dois ramos independentes: a polícia militar (PM) responsável pelo patrulhamento e manutenção da ordem e por serviços que incluem flagrantes de prisão, abordagem e detenção de pessoas para averiguação, e a polícia civil, dedicada a fazer investigações. Embora diferenciadas, a atuação de ambas as polícias está voltada para manter e re-

---

<sup>14</sup> Emile Durkheim, *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, Alcan, 1912.

produzir uma ordem social hierarquizada e injusta, concentrando a repressão nos escalões inferiores da sociedade, onde estão situados os trabalhadores pobres, com pouca escolaridade e, na maior parte das vezes, negro-mestiços.

As duas polícias foram influenciadas pelo regime militar de 64 e pelo tratamento violento (tortura e assassinato) dado por este aos autores de crimes políticos e outros, influência esta que persistiu e ganhou contornos mais visíveis no período pós-autoritário com a crise social, desemprego e crescimento da violência urbana. No caso da Polícia Militar este caráter autoritário é mais evidente, devido às relações desta polícia com as forças armadas e suas implicações sobre a estrutura policial, como adestramento militar de oficiais e soldados, hierarquia militar e julgamento de abusos policiais em instâncias separadas da justiça comum.

Com respeito à composição interna da PM, ela está fundada em dois estamentos: os oficiais e os soldados ou “praças”. Enquanto os oficiais são oriundos dos setores médios, brancos e escolarizados, que tiveram acesso à academia de polícia, os soldados e suboficiais vêm das classes populares, não-brancas e menos escolarizadas da sociedade, não recebendo habilitação para serem oficiais da corporação e sendo encarregados de fazer o trabalho “sujo” do policiamento. Recrutados nas camadas excluídas e discriminadas, muitos dos integrantes do escalão inferior possuem antecedentes violentos, os quais são reforçados através do adestramento militar, condições estressantes de trabalho e impunidade. Distanciando-se do seu grupo de origem e absorvendo esquemas discriminatórios, essas pessoas desenvolvem um tipo extremado de racismo, que consiste na negação de si e das pessoas do próprio meio social, podendo ser consideradas vítimas e algozes.

Sobre seu relacionamento cotidiano com a polícia, a população de Novos Alagados menciona outros aspectos que ajudam a entender os modos de atuação dos policiais do 18º Batalhão da PM e 5ª Delegacia da Polícia Civil que servem o bairro. A primeira se faz presente através de dois postos (São Bartolomeu e N. Alagados) denominados de módulos, com 12 homens que se alternam diariamente, e de comandos policiais fortemente armados e motorizados, formados por 3 ou mais homens, que fazem expedições periódicas à busca de marginais. Por sua vez, a polícia civil embora não tenha equipamentos semelhantes aos módulos da PM, tem uma capilaridade maior do que esta, por recorrer mais aos serviços de informantes, também denominados de P2 ou X9, para organizar suas próprias expedições repressivas. Além destas formas de trabalho policial, deve-se atentar para a atuação de grupos de extermínio chamados de “encapuzados”, pelo fato dos integrantes usarem capuz para esconder sua fisionomia, agindo separada ou conjuntamente com policiais.

Entre as duas polícias, os moradores demonstram mais simpatia pela civil. A PM é vista com mais desconfiança pelo método mais padronizado de trabalho, pela maior impessoalidade e uso ostensivo da força em operações "pesadas". Os PMs usam farda e corte de cabelo militar, exibem armas pesadas, portam coletes à prova de bala, andam em bandos e se deslocam em viaturas intimidadoras. São descritos ora como arrogantes, quando fazem demonstração de força e desrespeitam os habitantes, ora como ineptos, por não serem capazes de reconhecer e tomar medidas enérgicas contra os marginais.

Tal como a PM, a Polícia Civil é considerada violenta, mas em contraste com a primeira, a sua maneira é mais do agrado dos moradores. Sendo menos freqüente a rotatividade dos efetivos que integram suas expedições, moradores estabelecem familiaridade com os policiais e podem desta forma exercer alguma influência sobre as ações destes. Por outro lado, esta polícia tem uma forma de agir mais seletiva e direcionada aos suspeitos e suas ações não parecem assumir o caráter espetacular imputado aos PMs. Assim, os policiais civis são retratados como cidadãos "comuns" na aparência e nos modos de proceder as ações repressivas. Usam roupas e cortes de cabelo comuns, se deslocam em carros comuns e conhecem os moradores. Tendo mais conhecimento da área, os policiais civis possuem referências precisas das pessoas que estão procurando e dos locais onde encontrá-las. Cometem menos erros quanto a confundir o morador pacato com um fora-da-lei.

Ambas as polícias obtêm informações sobre as atividades dos marginais através de moradores e, mais freqüentemente, de outros marginais. Em um meio social como este, onde todos se conhecem e as relações pessoais constituem um recurso valioso, se estabelecem facilmente laços de cumplicidade por meio dos quais são transmitidas e barganhadas informações sobre uns e outros que facilitam a identificação dos "bandidos". No entanto, respeitando a chamada "lei do silêncio", que preserva a autoria dos crimes e a vida de quem sabe, os moradores só dão informações quando estão sob ameaça dos marginais ou são fortemente pressionados pela polícia. Entre estes casos se inclui o de um pai que, tendo um filho marginal, foi obrigado a se tornar informante para proteger a vida daquele da ação dos policiais.

A maior fonte de informação são os próprios marginais, que delatam ou "entregam" os comparsas, por terem sido forçados pela polícia ou por livre vontade, para tirar vantagens pessoais. Levando em conta as rivalidades e o pouco senso de hierarquia dos membros das quadrilhas,<sup>15</sup> estas se convertem em verdadeiras armadilhas para os marginais que, além de correrem riscos

---

<sup>15</sup> Alba Zaluar, *Condomínio do Diabo*, Rio de Janeiro, Revan-UFRJ, 1994.

nos assaltos e confrontos com outros marginais, estão sujeitos a delações de companheiros que se tornam colaboradores da polícia.

As operações policiais (ou para-policiais) de caça aos marginais acontecem, no dizer dos moradores, em “fases”. Trata-se de um termo que serve para conotar uma ação repressiva periódica que, acompanhando os movimentos das quadrilhas, intercalam momentos de trégua com momentos de guerra. Este ciclo parece ter uma variação sazonal, tendo como ponto máximo de repressão as festas populares do meio e do final do ano, quando os marginais intensificam os roubos e assaltos, visando obter dinheiro e participar dos festejos.

Na fase de pressão contra os marginais são organizadas operações, rápidas ou demoradas (de até uma semana), que compreendem o cerco da área, bloqueio de vias de circulação, invasões domiciliares, tiroteios, prisões e mortes. Embora a polícia tome alguns cuidados como avisar aos moradores para estes não circularem nas vias públicas, o terror é um componente obrigatório destas operações, uma vez que os policiais, tomados pela vontade de poder e conscientes da impunidade das suas ações, disseminam o pânico entre os populares, cometem crueldades e, tal como os grupos de extermínio, fazem execuções sumárias de pessoas.

Conquanto os grupos de extermínio não façam parte da organização policial estrito senso, os numerosos indícios sobre a participação de policiais e a impunidade destes grupos, mostram uma complementaridade entre a ação deles e a da polícia. As evidências apontam para a associação entre policiais, ex-policiais e matadores de aluguel, para venderem serviços a comerciantes (e outros particulares) dispostos a pagar para se verem livres dos marginais existentes no bairro. Como o custo de uma morte destas fica em torno de mil reais, pode-se imaginar que elas constituem um negócio rentável para muita gente envolvida nestes grupos.

Essas características violentas do aparelho policial geram reações ambivalentes na população, que expressam a dificuldade desta se posicionar diante uma força que também é percebida como garantia de proteção. Mas, neste “mundo cão” o limite entre ser protetor e agressor é mínimo.

## **Povo contra polícia**

Dada a soma de violência existente e o sentimento de insegurança despertado por ela, os moradores se voltam para a polícia como a instância que deveria protegê-los das agressões praticadas pelos vizinhos e, principalmente, pelos marginais. Em lugar disso, a ação policial está pautada pela omissão, acobertamento de infrações, preconceito e violência.



A expectativa popular é que a polícia se configure como um serviço extensivo, que cubra o bairro como um todo, e intensivo durante a noite, em especial, a madrugada, um horário de deslocamento para os trabalhadores ali residentes e de atuação dos marginais. Para os inseguros moradores do lugar, assim como para outros segmentos da população, só o policiamento efetivo pode proporcionar segurança, impondo “respeito”, amedrontando e tirando o controle dos marginais sobre os espaços comuns e vias de circulação.

No entanto, o modelo de ação policial implementado não satisfaz esta expectativa seja porque não assegura o policiamento do bairro, seja porque os próprios policiais cometem inúmeros abusos de autoridade. Em contraste com outras áreas da cidade, onde moradores abonados e órgãos públicos dispõem de recursos para contratar serviços privados de segurança e fazer convênios com a polícia, o padrão de policiamento de Novos Alagados não oferece segurança. Assim, na percepção de Cláudio, os policiais “deveriam fazer aqui como eles fazem em outros bairros. Eles dão segurança. Aqui não, eles dão insegurança”.

Ainda que esta percepção idealize as condições de segurança dos bairros prósperos ou dos “barões”, ela chama atenção para o fato de que a polícia comete menos abusos nestes do que nas áreas urbanas periféricas, onde vive a população de trabalhadores pobres ou “peões” que não têm meios de reclamar ou se fazer ouvir pelas autoridades públicas. A insegurança sentida pela população metropolitana, em especial, nessas áreas mais pobres decorre da falta de efetivos, desmotivação dos policiais, má organização e privatização do serviço público de segurança. Conseqüentemente, não é possível contar com policiais para fazer rondas, prevenir delitos, atender casos urgentes e apurar crimes cometidos. Assim, segundo avaliação de Rosa, 72 anos, parda, doméstica:

A polícia aqui no bairro eu não sei o que anda fazendo (...) Tem um posto lá na frente ... mas estão resguardados lá ... e cá o movimento como é que fica? Eu acho que era muito bom que a polícia andasse nos lugares mais arriscados. Porque o nosso bairrozinho por causa do risco é demais (...) É por isso que se dão as coisas e quando a polícia vem dar fé ... já passou o tempo! Não dá nem mais tempo de dar jeito.

Esta crítica é alimentada pelas suspeitas de colaboração com o crime e falta de sigilo por parte dos agentes públicos. Com respeito às suspeitas de colaboração com marginais, as evidências mostram que os habitantes não estão equivocados. Existem policiais que, visando extrair vantagens pessoais do crime e extorquir os infratores, demonstram tolerância, mantêm cumplicidade e incentivam infrações destes, até o momento em que, se sentindo ameaçados por marginais que reclamam do montante das extorsões ou sabem demais, resolvem eliminá-los através de ações conhecidas como “queima de arquivos”. Es-

sas suspeitas de cumplicidade ou “trama” entre policiais e infratores estão no relato de Cristina:

Não sei qual é o caso das polícias não. Vejo a conversa [que] quando pega um inocente e bate, bate tanto que deixa aleijado de porrada e quando pega um que é viciado faz [de conta] que tá batendo e depois solta para tornar roubar (...). Aí pronto ninguém sabe, né, por isso nego [as pessoas] diz que essas polícias parecem que tem alguma coisa tramada assim com esses vagabundos. Ninguém sabe quem é o certo (...) eu acho que é combinado os dois. Porque se ali é da polícia mesmo dava uma lei, um exemplo, prendia, prendia para nunca mais ser solto.

O fato da polícia não manter sigilo ou não proteger os autores de denúncias contra infratores, expõe os denunciante a retaliações, reforça a “lei do silêncio” e enfraquece mecanismos comunitários de controle social que deveriam ser estimulados como parte de um modelo efetivo de policiamento. Este é o sentido do depoimento de Luiza, 38 anos, negra, professora primária, ao afirmar que:

Outro dia uma mulher informou para a polícia onde a quadrilha estava fumando [maconha] ... na mesma hora a polícia chegou e disse: ‘foi a mulher de toalha que falou’. Aí ela ficou mal vista. Eles não deviam ter dito isso. Quando não dá uma informação eles xingam, esculhambam ... e quando informa eles entregam. Como é que a gente vai ajudar a polícia? Não pode porque ela não dá segurança nenhuma (...) E agora mesmo a gente nem pode falar, está se dando um caso muito grave, eu tenho até medo de falar porque aqui se você não fala está seguro, se fala pode levar um tiro ... Agora tem aqui uma quadrilha que quem está ajudando é a própria polícia (...) E não é só esse caso não, tem vários e vários.

Quanto a estes e outros abusos de autoridade, os moradores vêem os mesmos como expressões da discriminação contra eles.<sup>16</sup> Assim, mesmo que “a maioria dos soldados venha da parte excluída da sociedade” eles absorvem esquemas discriminatórios e desenvolvem condutas violentas contra pobres e não-brancos. Estes, por sua vez, como não dispõem de recursos materiais e políticos para modificar a imagem produzida sobre eles, nem agir concretamente contra os abusos, constituem presas fáceis e descartáveis para a violência policial.

Este tratamento recebido pelos habitantes das áreas periféricas foi comentado por Tiago, 42 anos, negro, digitador, da seguinte maneira: “A discriminação da polícia com as pessoas que moram em Alagados ou invasão é grande. Porque quando ela entra, ela não respeita ninguém, ninguém”. Esta também é a

---

<sup>16</sup> Paulo Sérgio Pinheiro (org.), *Crime, violência e poder*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

avaliação de Juvenal, 48 anos, negro. líder comunitário, ao declarar que “a polícia mesma quando chega na Barra ou na Graça [bairros de classe média] trata os marginais de doutor ... mas se o doutor estiver aqui eles vão tratar como marginal ... E eles costumam dizer que aqui só mora marginal”.

Em Novos Alagados, onde existem muitas casas e barracos construídos sobre terrenos pantanosos, um dos estigmas identifica os moradores com caranguejos que vivem na lama e que, estando desprovidos de humanidade, não possuem direitos. Assim, moradores como Osvaldo, 33 anos, pardo, professor de capoeira, se queixam da crueldade da parte de policiais como os que ofenderam e espancaram um rapaz: “Você é caranguejo que mora na maré, na ponte; aí me botou no camburão [camioneta] ... e começou a me bater, bater”.

Tanto a agressão motivada pela “aparência pessoal”, como a resistência do grupo aos abusos, podem ser verificadas em um relato que trata da violência praticada contra um negro que usava cabelo identificado com a afirmação racial. O comentário é de um outro jovem negro, o professor primário, Cláudio, já citado outras vezes:

Ele [policial] tem essas tendências ... uma vez pegou um “rastafari” e foi arrastando pelos cabelos, pensando que era ladrão. Aí foi um bocado de gente da comunidade para o módulo, ficou fazendo arruaça. Aí ele pegou e libertou ... Ele tem essa mania ... você tem que andar como grafino ... sapato tal ... para não ser confundido com um ladrão. Você pode até não ser, mas se tiver cara ... eles oh! Agora a gente fica sem saber o que é cara de marginal [e] o que não é. É uma situação muito insegura.

Abordando a agressão sofrida por um rastafari, o morador questiona o sistema de rastreio da polícia que, em uma cidade formada majoritariamente por pobres e não-brancos, continua tomando a negritude como o principal ou único critério de inculpação. Baseando-se neste critério, a repressão policial atinge fundamentalmente negro-mestiços pobres, e as vezes nem tão pobres, que se encaixam nesta visão estigmatizadora. No caso das pessoas identificadas com a afirmação racial, que portam sinais distintivos, como roupas e cabelos étnicos, essa repressão pode se apresentar tão ou mais cruel do que em relação a outras. Recentemente, houve o caso de um líder sindical que teve seu cabelo rasta cortado em praça pública pela polícia, durante uma manifestação de servidores públicos na cidade.

Os abusos recaem principalmente sobre a rapaziada do bairro periférico que, tida como perigosa, é freqüentemente revistada, detida e espancada. O fato dos rapazes não terem condições de reagir ou reclamar facilita a punição antecipada, a aplicação da “pedagogia” do medo que usa bater primeiro para

depois saber, que traumatiza os corpos para amedrontar as mentes. Procurando descrever a violência contra os jovens, Paulo, 25 anos, branco, locutor de rádio, fez o seguinte relato:

A gente está aqui no bairro [e] chega um cara sem nenhuma formação de relações humanas, dando tiros a torto e a direito. Então a gente não pode confiar na polícia porque [os policiais] são violentos, são marginais, se aproveitam da farda até a paisana ... eles pegam aqui os meninos de Novos Alagados e batem, dão coronhada de revólver, dão murro, dão bicuda ... e até pelo fato deles serem polícia não vão revidar. A agressão da polícia aqui no bairro é muito freqüente.

As ações policiais de revista e averiguação, acompanhadas por xingamento, pancadaria, exibição de armas e tiroteio, representam uma afronta para os moradores, negando a imagem que estes têm de si mesmos como pessoas direitas, trabalhadores honestos e pais de família, que não se identificam com os fora-da-lei. Abordando esta situação Tiago declarou :

Eu não estou dentro da cabeça da polícia. Não querendo falar demais, certa vez nós estávamos aqui, quatro pais de família jogando dominó. Af eles [a polícia] chegaram abordando a gente de noite, a gente teve que levantar, botar a mão na cabeça. E eles apontando aquelas armas ali para a gente (...) seja lá quem for, nós temos nossos direitos ... tá entendendo?

Ora, igualando moradores e marginais, a polícia acaba sendo identificada com os bandidos que, como ela, também não respeitam o direito do outro e usam a força para impor a sua vontade. Essa é a visão da professora primária Luiza ao dizer que “quando dá 6 horas da tarde ninguém pode sair mais de dentro de casa... quando não são os marginais é a polícia”. Avaliando a periculosidade da polícia Luiza acrescenta que esta “quando chega quer que a gente dê conta, quer que fale, você não sabe mas é obrigado a falar e dizer onde está... apanha... é xingado... eu acho que a polícia aqui faz mais medo do que os marginais”. Nesta situação de anomia, onde se dissolveram as fronteiras normativas entre legalidade e ilegalidade, é comum o emprego dos mesmos termos, tais como “estrago” e “pegou o que não deixou”, para se referir à atuação tanto dos policiais, como dos marginais.

O risco é maior quando o bairro é transformado em praça de guerra e a polícia dispara armas de fogo contra marginais abrigados nas casas, sem se preocupar com a segurança dos habitantes, como foi dito por Sara:

Essa semana teve um assalto na barraca e os ladrões correram para cá. Na casa que eles acharam aberta eles entraram. Então a polícia veio atrás, foi

atirando sem saber quem estava na frente. No ano passado teve um rapaz mesmo que morreu. Todo mundo aqui teve de ficar de porta fechada porque a polícia foi atrás e acabou matando ele dentro da maré. Se tem uma criança na frente passando ... é capaz de tomar um tiro.

Na tentativa de se defenderem da agressão policial, os moradores desenvolvem estratégias para se diferenciar dos marginais e não sofrer abusos, como ter cuidado com a aparência pessoal, evitar a circulação em horários e lugares frequentados por bandidos, manter as luzes das casas apagadas nas ocasiões de batidas policiais, e fazer pressão sobre a polícia, como na situação descrita do negro rastafari, para que ela libere pessoas inocentes presas e agredidas injustamente.

Se os abusos policiais contra populares provocam a condenação enérgica destes, o mesmo não acontece com a violência cometida contra o outro, o marginal. Neste sentido, a maior perversidade do modelo policial consiste no fato de que suas vítimas também são seus defensores.

## **Bandido deve morrer**

Apesar de ser eles próprios alvo de agressão, os moradores de Novos Alagados aprovam o terror da polícia e grupos de extermínio contra marginais do bairro e áreas próximas do Subúrbio Ferroviário. Esta aprovação é consequência da distinção estabelecida, pelos habitantes, entre a violência ilegítima, cometida contra “nós”, pessoas direitas, pais de família e trabalhadores honestos, da violência “legítima”, que é praticada contra “eles”, os marginais.

Pensando dessa maneira, alguns moradores entrevistados justificam a violência policial como algo necessário, e que só atinge as pessoas “erradas” ou que estão em lugares “errados”. Joaquim, por exemplo: “eu sempre me dei bem com a polícia. Porque é o seguinte, eu não faço nada a ela, ela não pode fazer nada a mim. É como eu lhe disse também, as vezes as pessoas ficam em certos lugares inconvenientes e, às vezes, elas são pegas pela polícia ...são até espancadas”.

Ainda nessa linha de defesa da violência oficial, Joaquim emprega o mesmo argumento dos policiais para justificar os seus excessos, a dificuldade de controlar infratores maliciosos e bem armados, dispostos a revidar ou matar: “Ela [a polícia] vem fazer uma *blitz*, aí ela sempre, ela já lida com tanta gente maliciosa, que ela tem que quase ser, se tornar igual a pessoa, porque senão morre, você está entendendo onde eu quero chegar, senão ela morre (...) Mas, a maneira como ela chega, ela faz assim como é que se diz, ela acha que todo mundo é um [marginal] né, então a maneira dela trabalhar é essa,

mas aí, eu não sou contra pelo seguinte: eu lhe pergunto, se não existisse a polícia, mesmo com as falhas dela, o que seria da gente? Ela está aí, o camarada faz o que faz, e se ela não existisse?”.

Conforme uma visão difundida, a violência das autoridades é a resposta à violência dos criminosos, mesmo que os indivíduos e grupos, surpreendidos no fogo cruzado, tenham que pagar um alto preço por isto, perdendo os seus direitos ou arriscando serem tratados do mesmo modo. Concordando com isto, a crítica dos abusos policiais coexiste com sua aprovação. Sobre isso, esclarece Jandira, 17 anos, parda, estudante:

Muito violenta, ignorante. É polícia, por exemplo, a profissão deles eu sei, é para fazer ignorância, mas não é com as pessoas, é com ladrão! E as vezes matam muitos inocentes, não querem saber de nada, vão logo matando pessoas, eles agem com muita violência, são muito violentos. Vão atirando né, sei lá. Eu acho uma hora [que] eles estão certos porque ela [a polícia] não quer morrer, se ela vir com mão abanando vai ter ladrão que vai meter bala nela. Aí eu não sei dizer.

Obedecendo ordens ou atuando por conta própria, os policiais atiram sem maiores cuidados e aplicam sentenças de morte contra infratores, suspeitos e pessoas inocentes, sem que sejam esclarecidas as circunstâncias ou apuradas as responsabilidades pelas autoridades competentes. Quanto aos meios de comunicação, que dão uma cobertura muito desigual aos fatos violentos, eles vêm denunciando os abusos policiais e contribuindo para debater a segurança coletiva. Contudo, na falta de ações enérgicas dos poderes públicos, a tendência deste debate é a repetição de motivo, a banalização do inaceitável e confirmação da impotência social para controlar o uso da força policial.

Uma ilustração desse uso ilegal da força está contida no depoimento de Cláudio:

Aconteceu uma morte aqui que até hoje não me sai da cabeça. Um cara marginal entrou na casa de uma irmã quando a polícia chegou. Metralharam a casa da mulher toda, mataram todos os filhinhos de cachorro, mataram a cadela, esburacaram a televisão, geladeira ... o que você imaginar ... a sorte foi que não matou os filhos desta mulher porque eles se esconderam debaixo da cama do quarto. Mas mataram o cara, metralharam de toda a forma ... assim que terminou amarraram um fio no cara e saíram arrastando lá do fim da ponte até a frente da rua.

Conquanto não questione a ilegalidade do castigo infligido, o morador chama a atenção para a brutalidade do comando policial que, visando matar um marginal acuado, estende a punição a familiares da vítima, violando o domicílio

daquela, pondo em perigo a vida de crianças e destruindo símbolos da vida familiar e social, como animais de estimação e utensílios domésticos, cuja reposição, sem dúvida, sacrificará o geralmente míngua orçamento da vítima.

Se a execução deste bandido e a destruição do cenário doméstico onde este se refugiou foram acompanhadas por uma platéia aterrorizada e fascinada, existem situações em que as mortes provocadas pelas intervenções policiais acontecem depois da captura e interrogatório violento de suspeitos. Este é o caso de um rapaz que foi preso sob a acusação de estar envolvido com marginais, conduzido ao módulo policial, espancado e assassinado, conforme o testemunho de Juvenal:

Teve um rapaz mesmo, em 1984, que não tinha nem muito envolvimento com a marginalidade. Foi preso em uma noite de São João com muitas pessoas vendo e foi espancado até de manhã. Já saiu do módulo policial morto. No outro dia saiu no jornal que a população tinha linchado ... [os policiais] fizeram todo tipo de violência e quando chegou no outro dia saiu [nos jornais] que a comunidade havia espancado.

Presenciando ou tomando conhecimento de execuções como esta, que servem como espetáculo e movimentam a crônica oral da localidade, os moradores podem acusar a brutalidade policial, mas não deixam de aprovar o fim daqueles que são julgados irrecuperáveis, que são casos perdidos ou não têm mais remédio. Sobre isso, Maria, 49 anos, branca, costureira, afirma: “Eu acho certo porque se existe pessoas que se metem, que roubam, estupram, cometem crime, são pessoas que devem ser eliminadas (...) prender ou dar fim mesmo, pronto, não mais remédio. Eu sou totalmente contra a violência, mas nesse caso eu sou a favor”.

Tal como em outros planos sociais, a violência aqui é vista como um problema do outro, que a provoca, inflige ou sofre, e não como uma questão que é da responsabilidade de todos. Assim, testemunhando casos que representam a negação das regras do direito e da legalidade que deveriam estabelecer os parâmetros de segurança e proteção para todos, os moradores adotam a perspectiva de apoiar os excessos policiais desde que estes não sejam dirigidos contra eles. Pensando assim, eles modelam suas atitudes de acordo com as máximas como “façam com os outros o que eu não quero que façam comigo” ou “empreguem a violência para me proteger mas não para me atacar”.

Essa irresponsabilidade pela violência, por parte da população e das autoridades, decorre do esvaziamento do mundo público como patrimônio comum, onde a noção de lei caiu em desuso e a compaixão pela vida foi substituída pela crueldade.

## Frutos amargos

As mortes violentas, provocadas por grupos de extermínio, segundo a imprensa de Salvador, nos primeiros seis meses de 1996, atingiram principalmente jovens, pobres, moradores da periferia e negros. O número de vítimas eliminadas em cada uma das ações criminosas variava de uma até cinco pessoas simultaneamente. Os agressores estavam sempre em número superior às vítimas e as chances de sobrevivência destas eram praticamente nulas. O sangue frio dos chacinadores estava no fato de que eles tinham um domínio completo sobre os seus condenados. Eles eram os executores de uma sentença prévia e secretamente pronunciada, para a qual não havia apelação ou intermediação.<sup>17</sup>

Ora, essa política da “solução final” que vem sendo implementada na área metropolitana, ao longo das duas últimas décadas, apresenta sérios problemas. Além de justificar inúmeros abusos policiais, como já foi discutido, essa política não é eficaz para conter a violência, reduzir a criminalidade e oferecer exemplos positivos para a sociedade. As execuções sumárias desorganizam o controle dos delinquentes sobre territórios ou “pedaços” incrustados no bairro, tornando os moradores vulneráveis à ação de outros marginais que, não encontrando resistência da quadrilha local, começam a predar o território defendido por ela. As execuções eliminam lideranças de bandos e quadrilhas juvenis, mas aumentam a revolta e vontade de “barbarizar” dos sobreviventes, produzindo ajustes de contas e lutas sucessórias violentas nos bandos, que prejudicam ou “sobram” para os habitantes.

Acima de tudo, as mortes logram a redução temporária do ritmo de atividade das quadrilhas, mas não são capazes de evitar que outros jovens, seduzidos pela marginalidade e, inclusive, estimulados por policiais infratores e outros agenciadores do crime, trilhem o caminho dos que foram eliminados.

Ao lado disso, a morte de infratores, suspeitos e até inocentes levanta a questão do que fazer com os seus corpos, em especial, quando as mortes acontecem nos bairros populares. Chama atenção a demora dos órgãos públicos para recolher os cadáveres, que costumam ficar ao relento durante longos períodos — que variam de algumas horas até um dia inteiro —, sendo vistos apresentando sinais de decomposição e exalando odores que incomodam a todos. Conforme Pedro “todo mundo sabe que é um absurdo, por ser um lugar já sujo [com lixo acumulado e esgotos a céu aberto] e se chegar uma pessoa de fora vê, o mau cheiro, o corpo no sol quente, a barriga perto de estourar”

Para o mesmo cidadão esse tratamento dado aos mortos não é diferente

---

<sup>17</sup> Ceci Vilar Noronha, *A ordem exorbitante dos grupos de extermínio: crônica da violência na Região Metropolitana de Salvador*, ISCUFBA, 1997 (mimeo).



do que é ministrado às pessoas vivas que residem no bairro, pois “em área pobre não tem pressa nenhuma de pegar o corpo, ainda mais vagabundo... vamos deixar lá para o pessoal tomar exemplo”. Já para outro morador, Osmar, 55 anos, pardo, trabalhador aposentado, a exposição dos cadáveres é conseqüente com o tratamento que deve ser dado aos marginais: “Ah, morte de vagabundo fica mofando aí, quando vem apanhar [os órgãos responsáveis] está até fedendo, todo mundo apoia a morte deles, morreu fica aí”.

Ainda que aprove o terror policial, Osmar aponta a inconveniência moral das execuções públicas e exposições dos cadáveres das vítimas, chegando a declarar que prefere que estas sejam mortas fora do bairro para preservar as crianças e jovens dessas visões: “não deveriam matar os vagabundos no bairro, é muito feio ... as crianças vêem ... fica como espelho e isso é ruim para as crianças ... eles [os policiais] matam na frente das pessoas mesmo ... eles deviam levar para outro lugar [e lá] a polícia dava um jeito”.

Esta prática já é adotada por muitos policiais e integrantes de grupos de extermínio, que executam as suas vítimas em locais isolados, não para preservar a população das sinistras cenas, mas para ocultar a autoria das mesmas. Com esta preocupação, os algozes costumam recolher os documentos, mutilar ou queimar os corpos das vítimas para dificultar sua identificação.

Enfim, a política da “solução final” evidencia um proceder que ataca sintomas da crise social, mas não enfrenta as suas causas. Agindo no vazio criado pela falta de políticas de promoção social, impunidade de ações ilegais e inoperância das agências de controle social (e recuperação), o terror policial é um agravante da situação ou, no dizer popular, “o barato que sai caro”. Além da sua ilegalidade e ineficácia, ele encobre práticas policiais criminosas, ceifa vidas, traumatiza famílias e aumenta a aceitação da violência.

## **Algumas conclusões**

Na discussão sobre o modelo policial examinou-se a interação deste com os segmentos excluídos e discriminados da sociedade. Em vez de analisar a violência policial como um fato que vem de cima ou que é imposto de fora, contra a vontade dos indivíduos e grupos sobre os quais ela recai, preferiu-se discutir as condições de possibilidade que tornam certos abusos plausíveis e aceitáveis para muitos e, inclusive, para suas vítimas. Vista desta maneira, a arbitrariedade policial não é um aspecto isolado, mas é parte de um sistema que, abrangendo autoridades e cidadãos, coloca o combate da criminalidade acima da aplicação da lei e proteção da sociedade.

Se do ponto de vista oficial a violência é um meio fácil de resolver os

problemas da criminalidade, a população não demonstra recusar este meio. Para os moradores das áreas urbanas periféricas, nas quais são falhos os mecanismos de controle informal, a delinquência é endêmica e inexistente policiamento efetivo, as medidas violentas, da polícia ou de grupos de extermínio, são concebidas como um meio de proteção contra a insegurança. Testemunhando uma violência que é a negação do Direito, estes segmentos apoiam os abusos policiais desde que estes não sejam dirigidos contra eles.

Entretanto, como a violência policial tem uma dinâmica própria, fundada em concepções e políticas social e racialmente discriminatórias, é inevitável que pessoas comuns, inocentes, sejam objeto da brutalidade policial, que não se justifica mesmo contra os chamados “marginais”. Para estes existe a lei, que devia existir também para o policial que mata sem motivo legítimo, que humilha, agride, espanca, tortura.

Conquanto a população perceba a discriminação que sofre e critique os excessos policiais, ela não consegue visualizar alternativas à esta violência, nem se organizar para confrontá-la positivamente. Entregue a si mesma, a tendência da população é continuar mantendo a visão de que a violência oficial (ou para-oficial) é aceitável, contribuindo para a sua reprodução inclusive contra ela própria.

Iniciativas importantes de denúncia de abusos policiais e de alternativas à violência policial, como no bairro do Vale das Pedrinhas, Salvador — onde vem sendo implementada uma experiência de policiamento comunitário —, também não são suficientes para mudar o estado de coisas aqui descrito, sendo necessárias medidas mais amplas da sociedade e dos poderes públicos.

Um programa de controle da violência deve estar direcionado para suas causas e conseqüências. Entre as principais medidas está a promoção racial,<sup>18</sup> sociocultural, econômica e educacional da juventude destituída da cidade, ampliando e reformulando os programas já existentes em órgãos governamentais e não governamentais, assim como mobilizando a energia das comunidades envolvidas e oferecendo meios de realização do seu potencial criativo.

Acima de tudo, as comunidades, através de grupos de vizinhos, associações, grupos negros, movimentos culturais, sindicatos e outros, poderiam se mobilizar para dar um basta a isto. Ao lado das reivindicações por melhorias materiais é chegada o momento das comunidades passarem a se preocupar com a criação de meios justos e efetivos de promover a segurança da cidadania.

---

<sup>18</sup> Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, “Políticas para a ascensão dos negros no Brasil”, *Afro-Ásia*, 18 (1996), pp. 235-261.